



# Desafiar o Futuro das Pescas

## Notas sobre o Encontro do Dia Nacional do Mar (Sesimbra)

por João Delgado\* e Marta Pita\*\*

**E**m novembro de 2019, a Câmara Municipal de Sesimbra e a Mútua dos Pescadores assinalaram o Dia Nacional do Mar com a realização do Encontro Nacional, “Desafiar o Futuro das Pescas”. O desafio foi lançado às organizações de armadores e estruturas sindicais do sector da pesca, às entidades nacionais com responsabilidades nas mais diversas áreas de intervenção para que trouxessem para cima da mesa as questões, os problemas e as oportunidades das pescas nacionais.

A iniciativa estruturou-se em torno de três temas considerados centrais, sem os quais não é possível garantir o presente e o futuro do sector: as pessoas, suas condições de trabalho e segurança; o estado da arte dos vários subsectores de pesca – local/polivalente, cerco e arrasto; e finalmen-

te o estado dos recursos, das infraestruturas e as boas práticas de valorização da produção. O resultado foi um dia intensivo de reflexão e discussão, nem sempre consensual, mas também nem sempre dissonante, sobre o futuro do sector.

Da pesca local à pesca do cerco, passando pela pesca industrial ficou a marca de um sector fragilizado, onde faltam recursos humanos e formação adequada, sobretudo para lidar com situações de perigo. Pouco atrativo para os jovens, onde os rendimentos baixos são regra e os ritmos incertos de trabalho também. Ao risco estrutural da atividade pelas características do meio onde se pratica, a bordo de embarcações permanentemente instáveis, juntam-se também as débeis condições dos portos ali relatadas, como no Algarve, mais concretamente o porto de Olhão,

mas poder-se-iam ter citado outras situações tendo em conta o avançado estado de assoreamento das barras, já alertado noutras ocasiões, como em Caminha, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Figueira da Foz, Ericeira ou Tavira, para referir apenas os focos mais preocupantes! Um sector marcado também pela desvalorização do pescado na 1.ª venda em lota, que determina desde logo a quebra de rendimentos na produção, mas nem por isso influencia a baixa de preços do pescado no consumidor final, já que a diferença entre os valores da produção e da comercialização ao consumidor final é abismal.

O sector depara-se ainda com um contexto global cada vez mais complexo, onde as alterações climáticas e o aumento de temperatura dos oceanos alteram o comportamento de algumas espécies

e influenciam a sua distribuição territorial, impactando com isso naturalmente a atividade piscatória.

Também a investigação científica tem fragilidades que foram levadas a Sesimbra. A falta de meios e de recursos foram algumas das questões apontadas, o que nalguns casos equivale a adiar estratégias de recuperação de algumas espécies ou implementar sistemas em que a sustentabilidade ambiental coexistia com a sustentabilidade económica e social do setor da pesca, como o caso de algumas espécies de tubarão que são capturadas pelas mesmas artes de pesca utilizadas para o peixe espada preto (palangre de profundidade) e cuja captura foi proibida, sem que os cientistas dispusessem afinal de dados sobre o estado do stock mas que para os pescadores representava 30% dos rendimentos. Sem dados científicos que comprovem o real estado da espécie em causa, mas cuja captura é expressamente proibida, resta aos pescadores deitarem o peixe morto ao mar, sem poderem fazer a sua descarga/venda em lota. O caso da sardinha é também ele paradigmático, já que não obstante os dados existentes de recuperação dos níveis de biomassa, desde 2015, o ICES insiste em não reconhecer o esforço do setor e a recuperação do recurso para que as suas recomendações possam rever em alta as possibilidades de captura para 2020.

Cresce também a produção em aquicultura massiva, com custos de produção mais baixos, em países como a China. Os impactos da pesca ilegal e do lixo marinho são outros dos problemas, sendo que a pesca ilegal influi diretamente na sobre-exploração dos recursos. Tudo concorre para reduzir expectativas e esperanças no sector.

A crescente importância dada aos im-



pactos positivos na saúde do consumo de pescado, devido aos seus lípidos, proteínas e outros nutrientes como os ácidos gordos saturados polinsaturados ómega-3, e o aumento do consumo de pescado em todo o mundo, apenas poderão contribuir positivamente para inverter este quadro, se se souberem inverter todas as perversidades desta complexa cadeia.

No caso português implicará dar efetivas condições às pescas nacionais - caracterizadas pela diversidade das espécies, com uma frota predominantemente local e costeira, reconhecidamente sustentável, que contribui para a coesão das comunidades costeiras - para se conseguirmos afirmar no mercado e fazer face a todas as adversidades. Nenhuma análise séria sobre toda esta problemática poderá desconsiderar que os portugueses conti-

nuam a ser os principais consumidores de pescado a nível europeu, ultrapassados a nível mundial apenas pelos japoneses e islandeses. Facto que ganha ainda mais expressão se tivermos presente que Portugal produz apenas 25% daquilo que consome, e que os países fora da UE são cada vez mais os alvos da importação de pescado, não se garantindo os níveis de qualidade que se exige ao pescado descarregado nas lotas nacionais.

Não é apenas a soberania alimentar que está em causa quando devermos defender a produção nacional, mas também a sustentabilidade e racionalidade dos recursos, com a consequente redução da emissão de gases com efeito de estufa e redução de gastos energéticos associados aos transportes e à refrigeração do pescado.

Algumas respostas locais e regionais têm contribuído para minimizar os impactos negativos destes contextos mais globais que têm vindo a estrangular o sector. Ao nível social, por exemplo, a implementação dos contratos coletivos na pesca nos Açores, que visam regular as relações de trabalho entre armadores e pescadores, ou o contrato com largos anos de vigência para as pescas industriais, têm significado alguns passos positivos nesse sentido. Por outro lado, a intervenção das organizações de produtores (OP) são o garante de alguns equilíbrios e de valorização da produção local, como os exemplos trazidos a Sesimbra pela OP que se dedica ao peixe espada preto. A autorregulação da quantidade de capturas feita pelas associações do sector relativamente a determinadas espécies tem contribuído também para minimizar os impactos da desvalorização na 1.ª venda em lota. A implementação dos circuitos curtos do pescado, que prevê uma ligação mais direta entre os produtores e consumidores, à semelhança

ADN  
AQUARIUM  
DESIGN  
aquascapes

*Empresa especializada  
na conceção,  
instalação e manutenção  
de aquários*

[www.adn-aquariumdesign.com](http://www.adn-aquariumdesign.com)  
[adn@aquariumdesign.com](mailto:adn@aquariumdesign.com)  
 965 302 910 | 966 814 980



do que é feito na agricultura, tem surtido alguns bons resultados em Sesimbra, com o desenvolvimento do projeto "Cabaz do Peixe", promovido pela associação de armadores local.

Estas soluções, entre outras, têm sido quase sempre parcelares, locais, regionais, insuficientes para resolver os problemas de forma integrada, para isso é necessário, como já dissemos aqui mesmo (**Revista de Marinha**, mar / abr 2019), no contexto da segurança marítima, uma ... *política pública, nacional, integrada para o sector da pesca em Portugal*. Não basta que as associações e o sector tenham ao seu dispor instrumentos de regulação do trabalho se as condições básicas para a formação de recursos humanos não estejam devidamente garantidas. Não basta que uma organização de produtores ou que uma associação tenha capacidade para encontrar estratégias de valorização de algumas espécies, se estes projetos não ganharem escala, estendendo-se a várias comunidades, numa visão nacional, para que assim possam ter os impactos desejados e urgentes!

Como se afirmava no Encontro, as políticas nacionais devem partir das realidades locais e regionais, e colocar na balança todos os pesos e medidas, com vista à eliminação das disparidades sociais e econó-

micas, e nesta demanda a política nacional deve também, tal como afirmava o Presidente da Mútua, Jerónimo Teixeira, na sessão de encerramento, retomar o poder de gestão dos recursos pesqueiros, transferidos para a UE ... *em articulação com os demais interessados, sem simplificações, mas também sem preconceitos, aplicando o princípio da prioridade à gestão de proximidade*. E deve também, nas palavras do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Francisco Jesus, contribuir ... *para que a pesca seja, não apenas uma das atividades integrantes da economia do mar, mas o elemento central, que marca a identidade de tantas comunidades*.

A sustentabilidade deve ser, por seu lado, a medida justa para o caminho a seguir com estas políticas nacionais, e não um valor acima das pessoas e das suas necessidades, ou tal como afirmava o Ministro Ricardo Serrão Santos, que encerrou o Encontro ... *os desafios sociais e os desafios ecológicos são parte da mesma luta pela sustentabilidade, pela justiça e pela igualdade*.

A Mútua dos Pescadores continuará os seus esforços, em conjunto com os diversos parceiros, para pôr o sector da pesca na ordem do dia, não por teimosia de uma estrutura umbilicalmente ligada ao setor em causa, mas por entender que é uma

prioridade nacional para um país com uma cultura e com uma realidade socioeconómica altamente dependente da Pesca, tal como nos demonstram as comunidades ribeirinhas e o estado altamente deficitário da nossa balança comercial dos produtos provenientes do setor.

\* Vice-Presidente da Mútua dos Pescadores  
joao.delgado@mutuapescadores.pt

\*\* Técnica da Mútua dos Pescadores  
marta.pita@mutuapescadores.pt

#### OBSERVAÇÃO:

Entidades e organizações presentes no Encontro, por ordem de participação: Federação dos Sindicatos da Pesca; Olhãoopesca, O.P.; Federação das Pescas dos Açores; For-Mar - Centro Profissional das Pescas e do Mar; AMN - Autoridade Marítima Nacional; Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco; ADAPI - Associação dos Armadores das Pescas Industriais; DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; ICES - Conselho Internacional para a Exploração do Mar; IPMA - Instituto Português do Mar e Atmosfera; Propeixe O.P. - Cooperativa de Produtores de Peixe do Norte, C.R.L.; Sesibal O.P. - Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines C.R.L.; ArtesanalPesca - Organização de Produtores de Pesca, C.R.L.; ADREPEs - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal; Docapesca, Portos e Lotas, S.A.